

Rito secular e esfera etérea¹

Eros Roberto Grau²

Teologia política, de Carl Schmitt, é uma obra múltipla. Não apenas porque se compõe de duas teologias políticas — a de 1922 e a de 1969 — ou por conta do prefácio de 1933, mas porque de um lado é um livro sobre a soberania e o decisionismo, de outro, uma lição sobre o lugar da exceção no bojo do direito.

Esta “segunda obra”, embora incluída na “primeira teologia” — a de 1922 —, versa sobre a inserção do espaço do não direito no direito. Porque a exceção está no interior do direito, não fora dele. Por isso o confirma. A exceção não é trazida para dentro do direito, uma vez que já se encontra nele ...

A *Teologia política* é também um livro sobre as ambigüidades, que Carl Schmitt explora com fineza de artista, produzindo literatura pura.

Decolando da situação de exceção para explicar a soberania e o seu sujeito (= sujeito da soberania), Carl Schmitt abre o texto afirmando que “soberano é quem decide sobre o estado de exceção.” Essa afirmação — na qual a definição de soberania — exige detido cuidado em relação ao que se deva entender como “estado de exceção.” A exceção é o caso que não cabe no âmbito da normalidade abrangido pela norma geral — a norma geral deixaria de ser geral se a contemplasse. A exceção, dela não se encontra descrição no discurso da ordem jurídica vigente; define-se como tal justamente por não ter sido descrita nos textos escritos que compõem essa ordem. É como se nesses textos de direito positivo não existissem palavras que tornassem viável a sua descrição. Por isso dizemos que a exceção está no direito, ainda que não se encontre nos textos normativos de direito positivo.

Schmitt dedica os dois primeiros capítulos da primeira parte da *Teologia política* precisamente à impossibilidade estrutural de a norma geral apreender o caso de exceção. Como ela escapa à norma, ainda que esteja no interior do direito — e neste ponto a ambigüidade é extremamente rica —, ao soberano, aquele

que decide sobre ela, incumbe a definição da decisão que a inclua no marco das normas jurídicas.

À afirmação de que a exceção é o caso que não cabe no âmbito da normalidade abrangido pela norma geral corresponde uma outra, a de que as normas só valem para as situações normais; a normalidade da situação que pressupõem é um elemento básico do seu “valer”.

Insisto em que a exceção não está inserida para além do ordenamento, senão no seu interior. Pois o estado de exceção é uma zona de indiferença entre o caos e o estado da normalidade, zona de indiferença não obstante capturada pelo direito. De sorte que não é a exceção que se subtrai à norma, mas ela que, suspendendo-se, dá lugar à exceção — apenas desse modo ela se constitui como regra, mantendo-se em relação com a exceção.

Um outro ponto marcante na *Teologia política* está em que Schmitt, nas considerações preliminares sobre a segunda edição — o prefácio de novembro de 1933 —, faz nítida opção pelo pensamento institucionalista, preparando o pensamento da ordem jurídica concreta.

É este modo de pensar que nos permite compreender que a violação de uma norma não é apenas expressão de uma conduta adversa ao que está escrito em um texto, no plano abstrato do mundo do dever ser, mas violação de uma ordem concreta, histórica situada no espaço e no tempo. Por isso mesmo tenho insistido em que não existe o direito, existem os direitos; cada um deles correspondendo a uma determinada cultura, cada direito positivo (= direito posto) sustentando-se sobre um determinado direito pressuposto.

A situação de exceção, embora não prevista pelo direito positivo (= pelas normas), há de ser decidida em coerência com a ordem concreta, da qual a Constituição é a representação mais elevada no plano do direito posto. Esta ordem concreta é anterior ao direito posto pelo Estado. Arranca de um direito pressuposto e expressa a visibilidade de um *nomos*.

O fato é que o processo de objetivação que dá lugar ao fenômeno jurídico não tem início na emanação

¹ Resenha do livro *Teologia política*, de Carl Schmitt, publicada no jornal *Estado de Minas*, em 12/08/2006.

² Ministro do Supremo Tribunal Federal.

de uma regra, mas sim em um momento anterior, no qual aquela ordem é culturalmente forjada. As normas não são senão uma entre as distintas manifestações do fenômeno jurídico. O ordenamento jurídico — é Santi Romano quem o diz — “é uma entidade que em parte se move segundo regras, mas, sobretudo move ela mesma as regras como figuras de um tabuleiro; por isto as regras representam o objeto e o meio da sua atividade, não um elemento da sua estrutura.”

Refiro-me a uma ordem geral concreta, situada geograficamente e no tempo, com as marcas históricas e culturais que a conformam tal como ela é. Por isso mesmo incompleta e contraditória, reclamando permanentemente complementação, refazimento e superação de situações de exceção. Ao Judiciário, sempre que necessário, incumbe decidir regulando também essas situações de exceção. Mas o Judiciário, ao fazê-lo, não se afasta do ordenamento. Aplica a norma à exceção desaplicando-a, isto é, retirando-a da exceção.

Na tarefa de concretização da Constituição, o Judiciário — especialmente o Supremo Tribunal Federal — deve aplicar-se a prover a força normativa da Constituição e sua função estabilizadora, reportando-se à integridade da ordem concreta da qual ela é a representação mais elevada no plano do direito posto. A sua mais prudente aplicação, nas situações de exceção; pode corresponder exatamente à desaplicação de suas normas a essas situações. A tanto leva a prática da interpretação da Constituição, que supõe caminharmos de um ponto a outro, do universal ao singular, através do particular, conferindo a carga de contingencialidade que faltava para tornar plenamente contingencial o singular. Daí que ela exige a consideração não apenas dos textos normativos, mas também de elementos do mundo do ser, os fatos do caso e a realidade no seio e âmbito da qual a decisão em cada situação há de ser tomada.

É realmente curioso que o tema da exceção não tenha exercido fascínio sobre os nossos juristas, o que há de ser atribuído ao prestígio que assumiu entre nós, desde o século passado, o pensamento Hans Kelsen. Schmitt, aliás, com indisfarçável ponta de ironia, observa ser natural que um neokantiano como Kelsen não saiba, por definição, o que fazer com a situação excepcional.

O fato é que a analogia estabelecida por Carl Schmitt entre o direito e a teologia permite a compreensão de aspectos que o racionalismo do iluminis-

mo (Aufklärung) não considera. O discernimento de que alguns conceitos da teoria do Estado são conceitos teológicos secularizados, de que o Deus onipotente se tornou o legislador onipotente, esse discernimento se completa na verificação de que a situação de exceção assume, para a jurisprudência, o mesmo significado que o milagre para a teologia. Somente à medida que tomarmos consciência dessa analogia poderemos perceber a evolução pela qual passaram as idéias atinentes à filosofia do Estado nos últimos séculos. Prossegue Schmitt: a idéia de Estado de direito moderno se impõe junto com o deísmo, com uma teologia e uma metafísica que expulsam o milagre para fora do mundo e recusam a ruptura das leis da natureza, ruptura esta contida no conceito de milagre, que implica uma exceção devida a uma intervenção direta. Assim também é recusada a intervenção direta do soberano na ordem jurídica vigente. O racionalismo do Iluminismo (Aufklärung) condena a exceção sob todas as suas formas (a convicção teísta dos autores conservadores da contra-revolução, diz Schmitt, pôde então tentar fundamentar ideologicamente a soberania pessoal do monarca em analogias extraídas de uma teologia teísta).

A teologia política é um domínio extremamente polimorfo. E a tal ponto que se poderia mesmo indagar se há algo em comum entre eles, a justificar a publicação conjunta dos dois textos de Schmitt, o de 1922 e o de 1969. Não me deterei em observações a respeito do segundo deles, ainda que me permita observar inexistência de separação entre política e religião e de neutralidade no cristianismo.

Retorno à primeira *Teologia política* menos em razão da minha falta de legitimidade para cuidar da teologia do que em razão do rico horizonte de reflexão que este texto de Schmitt instala. A crítica incisiva ao liberalismo, as variações sobre o tema da soberania, a identificação do lugar da exceção no espaço do direito — o que nos levará à conclusão de que é nela que ele encontra seu ponto de partida — ou apenas a alusão a esses temas evidencia a atualidade de Carl Schmitt.